



Eng. da Universidade Portucalense

NOEI

Seminário Lisboa Maio 79

relação Universidade Portucalense

Ontem o Sr. Dr. Najman disse que a Nova Ordem Económica Internacional não era ainda um adquirido mas um processo e neste momento tenho a redobrada consciên-
cia de que se trata de um processo e para isso contribui o facto não só de ter
de falar hoje na sequência de duas personalidades de renome internacional e is-
so necessariamente me reduzir à minha própria escala e fazer com que tudo aqui
lo que diga seja para mim, por um lado, como a forma mais de hipótese ainda do
que tese acabada, em segundo lugar o facto de esta sessão estar a ser moderada
pelo Engº Portela com quem, durante longos anos de trabalho na CUF, ganhei o
gosto de tentar procurar uma interpretação da vida, da história, da ciência,
da técnica, da vida dos homens em sociedade, numa forma unificada.

Conseguiu lembrar-me este ano em que a gente celebra o centenário de Einstein,
porque isso foi algo que discutimos imenso em anos que já lá vão e não foi
indiferente para o pensamento que de forma ainda muito incipiente tenho vindo
a tentar articular. E agora entraria então no tema. Ontem julgo que foram aber-
tas várias pistas de muita importância. Pistas que são simultaneamente do regis-
to internacional das relações entre os estados e da procura própria a cada so-
ciedade. Julgo que essas pistas permitiram ou permitem perspectivar adequadamen-
te a realidade nacional sem que tenhamos por essa razão que nos deter exclusiva-
mente sobre ela. Devo dizer que o filtro subjectivo que é o meu reteve das duas
conferências de ontem e das questões que depois foram postas na sala, cinco li-
nhas fundamentais que posso enunciar como meramente princípios axiomáticos para
mim. Portanto meramente subjectivos.

Primeiro, perante as relações existentes entre Estados tanto o Presidente Eche-
verria como o Sr. Najman se referiram abundantemente a essa questão, em perspec-
tivas diferentes e complementares. Perante a grande maioria da humanidade des-



provida de condições de subsistência e de acesso aos bens elementares a Nova Ordem Económica Internacional aparece não apenas como uma resolução duma assembleia das nações unidas, que há centenas e que podemos de certa maneira esquecer mas, aparece com um carácter imperativo à consciência dos Estados e dos indivíduos. Ela queria e não são em termos democráticos porque uma vez votada os Estados têm obrigação de a pôr em execução mas sobretudo os Estados que a votaram, e foi o nosso caso, nós estávamos muito entretidos todos a olhar para o um bigo da nossa revolução e não demos conta da Assembleia Extraordinária das Nações Unidas em Junho de 1974, claro, não demos conta disso, e por isso, naturalmente passou despercebido o facto que votamos positivamente esta resolução. Ora esta Nova Ordem Económica Internacional, leva-nos, parece-me, a um grau novo, a um patamar diferente de exigência e de solidariedade. De certo modo a violência, o carácter reivindicativo ontem aqui assinalado dos países do hemisfério sul produzirão, em termos de relações internacionais, o que podíamos chamar um salto qualitativo e portanto lançaram-nos de chofre para um novo conjunto de valores, se quisermos, um novo conjunto de sistemas de trocas que não podemos ignorar. Foi que nos leva outro grau de exigência e de solidariedade. Queria acentuar que essa exigência se encontra na forma como temos que assumir hoje, enquanto Estados, cada Estado, a reivindicação implícita na Nova Ordem Económica Internacional, reivindicação essa que, em termos mesmo duma relação entre Estados, não faz senão dignificar aquele que a formula, e que foi ontem claramente exposta, exigência que vai desde o rigor posto na determinação das condições de utilização de financiamento transnacional, rigor esse que não permite desvios, exige uma formulação adequada no interior de cada sociedade e vai até à inatacável liberdade de instaurarmos dentro de cada sociedade a nossa própria rede de comunicação com quem entendermos, quer dizer que nessa nova ordem de relações se estabelece é certo relações privilegiadas, mas relações privilegiadas que são determinadas em cada momento não são por um passado histórico respeitável sem dúvida mas também pela interpretação da relação de forças de cada momento. Daí que para uma sociedade como a nossa,



por exemplo, não faça muito sentido falarmos exclusivamente em termos de países amigos, bem estamos a falar de toda a humanidade. Em cada momento há correlações de forças, há convergências de vectores, há aspirações comuns e devo dizer já, para trazer aqui a minha experiência dos últimos três anos e meio, verifico que essa convergência ora se produz com um grupo de nações ora se produz com outro grupo e nunca é estática. Mesmo em problemas quentes do mundo contemporâneo, em problemas de ordem política, essa convergência está constantemente a ser

2) afectada por um leque de factores que intervêm no juízo do companheirismo, digamos, e da colaboração entre os povos. Exigência por um lado, solidariedade por outro. Solidariedade na situação que podemos chamar (e que já há muito tempo eu própria gostava de utilizar, há muitos muitos anos) a situação que somos de país em transito, não digo em transição, digo em transito no sentido de que é um

3) país a esvaziar-se de um tempo passado e há-de entrar-se num tempo futuro, um tempo que não é suficientemente passado para o podermos analisar com rigor e um futuro que tem as indeterminações que ontem aqui foram assinaladas e que por isso permanece um futuro aberto. E por isso também foi em parte o sentido da resposta que o Presidente Echeverria deu a várias perguntas que tentavam situar o nosso país em relação aos outros países assumindo a um tempo as condições de país do hemisfério sul pelas semelhanças conjunturais do grau de desenvolvimento sócio-económico e assumindo também as condições de países industrializados pela interiorização de valores, de modelos, de aspirações que a possibilidade de convivência com esses países e também já a longa história das instituições nacionais necessariamente geraram. Portanto um primeiro ponto é que

esta nova Ordem Económica Internacional tem um carácter imperativo de que decorre a exigência e a solidariedade. Uma segunda nota, é de que a crise económica que o mundo vive é um elemento de que de possível variável, por isso mesmo

4) por ser variável era sucurizante variável muda se podermos fazer intervir outros elementos ao meu processo, há uma transformação de variável a parâmetro pelo menos a médio prazo, da crise que nos foi dita ser constante temos a apoiá-la elementos estruturais que a tornam hoje uma situação estável pelo menos em algumas



décadas que são aquelas em que poderemos ter alguma intervenção na história. Não me admira por isso que seja nos domínios que fundamentam a economia ou que nela se exprimem que incidam os grandes objectivos da Nova Ordem Económica Internacional perante uma situação de estabilidade constante paramétrica necessariamente a tentativa de equacionar de outra forma as relações entre os estados, incide primariamente naquilo que é directamente acessível aos povos e que é a coordenada ou o parâmetro económico e algumas linhas de solução dessa crise ou de alinhamento do parâmetro foram ontem indicadas sobretudo na sessão da manhã. Em terceiro lugar, a nova ordem económica internacional e creio que isso esteve subjacente como filigrana ao longo da sessão da manhã e da sessão da tarde implica o que poderíamos chamar um novo eco-sistema político, isto é, um novo conjunto ambiental de condições, de postulados e de práticas políticas, não chegam as coordenadas herdadas, não chegam os modelos existentes, eles acabam todos por ser levados à parede pelo gigantismo da crise económica, por esse seu carácter, digamos, fatal e permanente de tal forma que tudo o que conhecemos como postulados e práticas políticas se apresenta hoje eivado de um enorme ponto de interrogação e ficou claramente afirmado que não está em causa apenas a acomodação dos termos das trocas entre estados mas, e foi a contribuição de um dos participantes, as próprias premissas em que assentam essas trocas, e não vamos ter a ingenuidade de pensar que essas premissas apenas afectariam a economia. Como em qualquer corpo social tudo tem que ver com tudo e não parece possível imaginar condições que deixassem a economia em vaso fechado seguindo a sua própria evolução. A serem definidas essas premissas emprestarão também novas representações mentais e novas práticas, novas soluções, ao universo político e social que conhecemos, quer no hemisfério norte quer no hemisfério sul, quer no leste quer no oeste. Embora este aspecto não tenha sido afirmado de maneira frontal ele está em meu entender subjacente a tudo o que foi dito. Em quarto lugar, a nova ordem económica internacional analisada nas suas componentes económicas e na sua gênese histórica, suscita e põe a questão de se saber se não há caminhos alternativos para a sobre



vivência da humanidade. Quer dizer se há apenas caminhos que se processam no seio da própria realidade econômica, ou se existem outros caminhos que numa primeira etapa surgem como aparentemente qualitativos talvez até não econômicos, para alguns de carácter utópico, podendo e sabendo que o qualitativo, e inverto agora os termos em que a expressão tradicionalmente é usada, o qualitativo aplicado rigorosamente acaba por produzir também a prazo uma melhoria quantitativa, e aí a questão fundamental dos indivíduos e dos corpos sociais é importantíssima e chave. Finalmente, e creio que foi ontem no fim da tarde sentido muito fortemente nas questões essa interrogação, a nova ordem econômica internacional põe-nos a nós, como a qualquer outra sociedade, a questão da nossa identidade, do nosso lugar no mundo, nesta transformação de relações entre os povos é tão claro de forma subconsciente, ou se quisermos aflorando apenas à consciência, é tão claro que isso toca todos os aspectos que à a nossa identidade que está em causa, é o saber o significado do que somos nós, esta sociedade, como outras sociedades no mosaico internacional. Ora é com este quadro, neste contexto que penso podemos tentar avançar um pouco no tema que nos é dado hoje, e que é imenso, e eu própria ontem no fim da tarde me perguntava, então como abordar este tema dos aspectos sociais e culturais da nova ordem econômica internacional, com todas estas referências que acabo de recapitular, e, sabendo que estando no meio do processo nada mais difícil de delimitar que aquilo que pode constituir o movimento social na história. E por isso mesmo é importante saber que neste momento os aspectos sociais e culturais não são de modo algum um adquirido, são etapas, e são interrogações, hipóteses de trabalho formuladas em diferentes partes do mundo. Apenas como índice queria acentuar que o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social da Organização Internacional do Trabalho, tinha acerca de um ano, e apenas sobre os aspectos sociais da nova ordem, cerca de 1800 títulos de obras sérias que valia a pena aprofundar. Portanto isto significa que em todas as latitudes, quer ao nível dos pensadores teóricos, quer ao nível dos homens e das mulheres que trabalham no terreno se encontra uma proliferação de hipóteses, algumas de carácter macro-social outras e muitas de carácter micro-so-



cial tentando ver o que serão essas componentes da Nova Ordem Económica Internacional. Porque no social e no cultural convergem numerosos problemas e não temos que os escamotear ou iludir. Converge o próprio conceito Estado-nação e digo com tanto mais à vontade quanto mesmo num contexto completamente internacional como é o caso da UNESCO em que estando presentes 147 países, um aliás candidato à presidência da república dum país africano, um colega meu, dizia recentemente que, na verdade, o Estado-nação não parece ser já uma categoria compatível com as novas redes de relações que se estabelecem entre os povos e na verdade os movimentos autonomistas regionalistas que encontramos no mundo ocidental ou o pulsar ou a quase explosão das várias nacionalidades que encontramos no bloco de leste parecem indicar que o Estado-nação é um conceito com o qual concerteza teremos de viver ainda muitos anos, mas que não é a fronteira real das sociedades, e, é justamente a procura dessa fronteira real que é a meu ver uma das tarefas mais apaixonantes do domínio social. Dizia pois que no social e no cultural convergem numerosos problemas, converge também a relação das várias antinomias em que se diversifica a cultura, cultura cultivada, cultura popular, cultura de massa, cultura de elites, etc., tudo isso que vem sedimento cultural, criação cultural, as culturas clássicas e conhecidas todas elas constituem problemas que são evocados pela Nova Ordem Económica Internacional, e, também a expressão do social não são como um tecido orgânico, mas como uma realidade fragmentada, talvez ainda, o grau de autonomia do acto cultural e assim por diante. Ora sendo tão vasta a extensão que cobrem os domínios sociais e culturais torna-se claro que eles não podem subtraír-se às consequências da nova fase da vida económica de que os Estados e os indivíduos tomam consciência hoje, por isso podemos dizer que eles sofrem reflexos da crise em termos inequívocos e duma maneira meramente exemplificativa e muito sumária podemos assegurar que a situação de dependência económica dentro de certos espaços de trocas e de mercados, impede que se democratizem a médio prazo nas sociedades a que estão sujeitas os benefícios sociais dirigidos à totalidade das populações. Há tão pouca possibilidade de planificar benefícios sociais com as indústrias de mão de obra intensiva

em que a acumulação de capital é mínima, como há com as indústrias de capital intensivo importado, embora naturalmente as razões sejam completamente diferentes. E ainda a título de exemplo e no domínio cultural a manter-se nos Estados Unidos 75% da investigação científica e tecnológica a manter-se na Europa 25% dessa investigação e a caber 2% ao resto do mundo sem contar com a China de que não temos ainda números, não há evidentemente identidade cultural que possa afirmar-se fora do bloco Norte Americano e Europeu em termos de países desenvolvidos. Mas, nós não estaríamos aqui hoje a discutir sobre isto, se o social e o cultural fossem apenas aspectos subsidiários do económico. Pelo contrário, e aqui é que entra a minha hipótese é fundamental. Julgo que é possível pensar e afirmar que o social e o cultural são em si portadores doutras forças que sem evitarem a crise económica, sem a escamotear de modo algum, dão novas perspectivas à Nova Ordem Económica Internacional. Esta afirmação faço-a de forma igualmente gratuita com que se pode fazer a afirmação de que a solução económica será a boa solução.

É certo que a matriz não directamente económica é uma matriz sócio-cultural e distinguir já os dois elementos, o elemento social, o elemento cultural, é um mero jogo da análise de que infelizmente tenho de me servir. Porque parece assumir a ruptura do tecido social nas suas componentes, mas parece-me que para maior clarificação das interrogações a distinção é necessária. Mas não deixam de subsistir questões de fundo e antes de avançar mais não queria deixar de o

2 dizer, porque ao distinguir o social do cultural tenho que formular questões, tenho que perguntar o que é afinal o social? Será que as relações sociais são anteriores à produção? Será que elas são apenas uma resultante da produção? Ou serão uma manifestação da organização dos homens em sociedade concomitantes com o processo produtivo, estando constantemente a nascer dele e a opôr-se dialecticamente. Portanto onde está a fronteira do social? Onde está a sua autonomia? Não tenho resposta, é obvio.

2 E a mesma interrogação posso por para a cultura perguntando se o mundo está em condições de se situar culturalmente de forma inovadora em relação às estruturas de produção que cria. Quando falo de cultura, não ^{estou} sequer a tomar em linha de conta o aspecto sectorial da estrutura social e política em oposição a um sector que seria económico. Quero marcar com nitidez que a cultura, tal como existe, tal como se manifesta, e é encarada, não é a alternativa de que estou à procura, e vou citar a propósito um artigo dum antigo funcionário da UNESCO saído recentemente num dos numeros da revista "Culture" da organização em que se lê o seguinte: "a incapacidade em que se encontra a nossa época de assegurar a continuidade aos factores de transformação cultural de compensar as alienações e de resolver as contradições decorrendo do primado do técnico onde as directivas imanam de uma oligarquia do conhecimento sobre o cultural em que cada membro de um grupo humano partilha a responsabilidade da transformação e da organização bem como da terminação da escala de valores, essa incapacidade põe um desafio permanente à sobrevivência da humanidade, e não sei se notaram que tanto na conferência de ontem de manhã, como na conferência de ontem à tarde a expressão sobrevivência da humanidade esteve presente. Eu não quero deixar de acentuar que ela está presente hoje como um desafio também na óptica em que me estou a colocar. A esta incapacidade convém acrescentar-se aquela que se situa dentro do próprio mundo sectorial que se convencionou chamar cultura, e no mesmo artigo que estou a referir o autorafirma "os museus, os teatros, os centros culturais, não mudaram verdadeiramente em profundidade nos últimos 50 anos. O que



existe hoje é meramente um produto do mundo da revolução industrial. Por esse facto, tudo o que existe nesse domínio está completamente desadaptado tanto ao contexto das sociedades pós industrializadas como ao contexto do subdesenvolvimento e das sociedades oprimidas do tipo moderno. Isto para dizer portanto, que também a cultura não se afirma hoje enquanto sector como uma realidade perfeitamente diferenciada e clara. E com plena consciência de que, apenas estou recapitulando problemas que são problemas comuns, gostaria agora de me debruçar um pouco, como digo, apenas por vantagem de análise sobre os pressupostos sociais da nova Ordem Económica Internacional para depois abordar os pressupostos culturais. Dois fenómenos me parecem determinantes para a Nova Ordem Económica Internacional na sua dimensão social. Trata-se por um lado, e em termos muito simples, e quase quotidianos, daquilo a que se tem chamado em todos os países e até que se tem instituído em termos de departamentos de Estado e de objectivos programáticos do executivo a melhoria da qualidade de vida. Trata-se, por outro lado, do reconhecimento do carácter universal dos direitos sociais. Ora, é um facto hoje universalmente reconhecido que o industrialismo e quando falo em industrialismo não falo em industrialização falo da dominante subjacente ao processo de industrialização, ignora deliberadamente ou pelo menos até agora o equilíbrio do homem com o meio. E daí as correntes sociais que de forma articulada ou até ingênua tão ingênua que não são susceptíveis de tradução política em termos eleitorais se insurgem contra o desequilíbrio criado e lutam pela melhoria da qualidade de vida.

Ora logo aqui surge uma primeira ambiguidade é que a melhoria da qualidade de vida enquanto aspecto social dum Nova Ordem pode ser encarada apenas como elemento correctivo no termo de um processo que é deixado ao livre curso da sua lógica própria. Como tal enquanto correctivo no termo a sua força é concerteza mínima.



por ter algum impacto social mas, por outro lado a melhoria da qualidade de vida pode ser vista de outra forma. Poderá talvez ser a partida um vector a utilizar em toda e qualquer decisão económica. Isto parece-me uma evidência, e é concerteza uma evidência, mas eu gostava de dar um exemplo, enfim um exemplo corriqueiro, muito simples: Supunhamos um país situado algures que, verifica que em determinada zona, um país relativamente pequeno, as águas subterrâneas tendem a rerefazer-se. O problema das águas subterrâneas é depois sentido ao nível dos direitos sociais em numerosos aspectos, desde a alimentação à saúde, enfim as condições mínimas de sobrevivência. O correctivo a introduzir supõe estudos, projectos, investimentos que são necessários de modo a garantir que nessa zona o abastecimento de água volte a ser normal e a responder às necessidades da sociedade e dos indivíduos que a compõem. A qualidade de vida é assim um correctivo de um processo. Supunhamos que nesse mesmo país, e não muito longe, a 200 Kms. mais ou menos por exemplo, e numa outra zona há uma elevada taxa de plantação de eucaliptos que, torna a zona extraordinariamente propícia a um investimento estrangeiro de indústria de papel que, não só em termos económicos vai beneficiar o mercado interno escasso em papel sobretudo se for um país que tiver uma grande proliferação dos meios de comunicação apesar de uma taxa de 30% de analfabetismo, como ainda nessa zona a fábrica de papel vai criar novos empregos. Economicamente há sem dúvida um benefício mas, se de repente alguém se lembrar que as águas subterrâneas estão ligadas ao crescimento dos eucaliptos e que são afinal a verdadeira matéria prima do investimento são aparentemente é que são os eucaliptos. Na verdade os recursos desse país são as águas subterrâneas e que a serem utilizadas dessa forma exigirão mais tarde um correctivo não só altamente dispendioso sob o ponto de vista económico, como até eventualmente impossível. E, se ainda por cima podemos até imaginar que o investimento foi feito com capitais de um país riquíssimo em águas subterrâneas e superficiais e que, por condições para a implantação de uma tal fábrica parece ser a defesa imperativa de um bem nacional. Ora aí a melhoria da qualidade de vida é a partida o vector determinante, e como vem não é

.../...



romântico não é utópico, não é idealista, etc., as várias coisas de que se podia acusar aquilo que estou a dizer.

Falei também nos direitos sociais, claro que a minha tentação é falar imenso dos direitos sociais até porque tenho uma frustração acumulada de há cinco anos para cá. Ora os direitos sociais são hoje aceites como direitos universais, daí que a satisfação de tais direitos não possa aprezer apenas como consequência de uma mais justa redistribuição dos bens no interior de cada país, e nas relações entre países. Os direitos sociais resultam hoje da universalidade do saber, da ciência, dos conhecimentos e da técnica, o seu peso específico varia com a aquisição de mais saber e de técnicas mais aperfeiçoadas para o conjunto dos homens. É corrente ao nível das Nações Unidas determinar como qualificar direitos sociais, e isso foi sobretudo feito em 1972 ao nível europeu, entre os ministros das questões sociais, ou dos assuntos sociais, de toda a Europa dos 35, os direitos sociais fundamentais inerentes à vida e à sua preservação aparecem como a alimentação, a habitação, o vestuário, a saúde, o trabalho. É claro que sobre isto é que cada sociedade terá muito a dizer e a pensar. A nível nacional uma estratégia de desenvolvimento que tenha em linha de conta a universalidade dos direitos sociais supõe que a finalidade dos empreendimentos económicos é posta em termos claros. Costumo repetir quase como um slogan que é importante saber o que se produz para que serve, porque razão se produz e para quem se produz? E é importante notar que, na conferência de ontem demanhã, o Dr. Najman não deixou de acentuar o ponto fundamental de intervenção, se quisermos, do poder social e do poder político no seu sentido mais amplo, poder político em que todos os cidadãos participam, qual é a escolha do tipo de produção, o que é que escolhemos produzir, e porquê? E nessa altura vamos até ao termo da lógica do processo mas, que essa escolha se insira dentro do contexto do reconhecimento da universalidade dos direitos sociais. Ora esses direitos sociais são para cada indivíduo expressão das necessidades básicas à sua sobrevivência como ser humano.

Estou a entrar num terreno que é neste momento extremamente controverso no domínio da UNESCO, depois explicarei porquê mas, por honestidade intelectual tenho



que lho dizer daqui a pouco. No entanto em meu entender as necessidades básicas são hoje uma prioridade fundamental de cada sociedade. Se é certo que elas não podem ser autocraticamente definidas nem uniformes de modo algum uniformes a plano internacional, não é menos certo que a Nova Ordem Econômica Internacional exige a par de mecanismos econômicos, mecanismos de outra ordem que, permitam no seio de cada sociedade a satisfação dos direitos sociais universais. Se a Nova Ordem Econômica Internacional supõe uma clara determinação dos meios para acumulação de capital, as condições econômico-financeiras que a tornam possível, ela implica também na sua dimensão social, que lhe é intrínseca, que, a mais valia criada nessa acumulação de capital seja orientada para a satisfação das necessidades básicas das populações que se encontram abaixo do nível da pobreza absoluta que ontem aqui foi referido. Quando no plano internacional nos referimos à Nova Ordem Internacional e à sua dimensão social o que queremos dizer primariamente é isso. É que a mais valia ou a orientação moral da mais valia é a orientação ética, destina-se à satisfação das necessidades da população que delas se encontra desprovida. E, penso que, do mesmo modo que foi possível mobilizar os estados e opinião pública e em última instância as consciências para nos últimos 30 anos ou 20 anos se processar um gigantesco processo de descolonização, portanto um acesso da grande maioria dos homens e das mulheres que habitam o planeta a uma autonomia política, de igual modo podemos perguntar se é possível ou não hoje mobilizar todos os novos e antigos Estados, e todas as consciências para que se estabeleça uma nova ordem das relações sociais, em cada sociedade claramente definida nas suas fronteiras. Mas, quando falamos em dimensão social da nova ordem queremos também dizer que, a nova ordem vem simultaneamente responder a problemas nascidos no hemisfério norte e a problemas nascidos no hemisfério sul e que têm características diferentes e estou inteiramente de acordo com a afirmação aqui feita ontem em termos econômicos e que queria repetir também e insistir nela em termos sociais que não há qualquer possibilidade de progresso no hemisfério sul que não tenha o equivalente processo no hemisfério norte talvez até com a exigência de maior rapidez e de maior clareza na definição dos objectivos.



A resposta às necessidades básicas, ou aos direitos sociais se quisermos, foi dada até agora nos países ricos através de estruturas de redistribuição de que o Estado se tornou administrador. Ora quando os países ricos se referem à taxa de desemprego, por exemplo, para citar um dos aspectos sociais actualmente muito debatido, e que constitui um problema prioritário para todos os países ricos, esses países estão a referir-se à não satisfação daquilo que na sua escala de valores constitui uma necessidade básica o emprego como expressão do direito social ao trabalho, e respondem pelas diferentes formas que, reveste em cada país o chamado subsídio de desemprego condições do chamado "state". Mas, a solução a termo não é satisfatória: Não é satisfatória por duas ordens de razões, por um lado, é porque intensifica uma pequena franja de marginais de que a sociedade não captou ainda um movimento histórico e que se encontra incapaz de interpretar em termos da sua orientação e dos vectores que a determinam, por outro lado cria um descontentamento a termo entre aqueles que desejam encontrar uma maior satisfação pessoal e um mais elevado rendimento através do trabalho para que estão capacitados. Socialmente podemos dizer que o hemisfério norte, é certo que aqui teria que fazer uma distinção na medida em que os países socialistas consideram que resolveram o problema do emprego, o hemisfério norte não encontrou resposta para o desemprego. Tão pouco encontrou resposta para a cobertura das necessidades básicas em termos de saúde por exemplo, e porquê? Porque essas necessidades tendem a crescer o nosso médico professor universitário que muitos conhecem o professor Pinto Correia dizia um dia "se todos nós tratássemos todos os dentes da nossa boca talvez metade da humanidade seria dentista e outra metade a tratar dos dentes", Ora esta expressão muito caricata, é ao fim e ao cabo o que está neste momento acontecendo com o consumo dos cuidados em todo o hemisfério norte. Se a ideologia dominante for a aplicação de critérios quantitativos, não há orçamento geral do Estado que, aguentar os custos de uma medicina curativa cada vez mais tecnicizada e mais burocratizada. Mesmo que esse orçamento seja gerido por ministros notáveis como é o caso



da ministro Simone Weil na França. Não admira por isso que desenvolva hoje toda uma espécie de medicinas paralelas que reagem simultaneamente contra a técnica excessiva pela utilização de formulas tradicionais e contra a burocracia da medicina preventiva levando cada pessoa a assumir de forma responsável os cuidados necessários para a preservação da saúde. Isto é um exemplo que se pode multiplicar em relação a todos os direitos sociais e o hemisfério norte encontra-se perante o crescimento exponencial desses custos e sem solução alternativa afirmando apenas nos circuitos paralelos, falo em saúde poderia falar igualmente em termos sócio culturais da escola e do problema da educação falando apenas encontrando soluções de ordem micro-social se não são de imediato operacionais em larga escala contém no entanto potencialmente, vectores que, importa numa análise mais funda analisar, que não posso fazer aqui, mas disse que, o problema dos direitos sociais se encontra em dois contextos, no hemisfério norte e podemos dizer que rebentou com o plafond admissível no orçamento, no hemisfério sul, por outras razões e doutra forma. O hemisfério sul tenta dar resposta aos direitos sociais necessariamente recapitulando as estruturas do hemisfério norte. Com uma excepção talvez, a excepção da China para a medicina, e a excepção de alguns países de África, talvez a Costa do Marfim para as estruturas educacionais. Ora dado os custos elevados dos modelos conhecidos e recapitulados, inadvertidamente importados, os planos de desenvolvimento acabam por falhar na resposta aos direitos sociais, quando eu digo importados não quero de modo nenhum estar a fazer uma critica leve ou uma critica que seria elevada dum aspecto meramente político seguindo de perto as aplicações de investimento da República Federal Alemã não directamente através do governo mas, através das igrejas. Como sabem o governo subsidia inteiramente através de uma taxa universal todos os cidadãos, através de algumas realizações subsidiadas inteiramente por fontes alemãs em África, e o que é que aconteceu, por exemplo num hospital do Uganda em Campala em determinado momento o hospital que existia em moldes tradicionais a chamada portanto com a possibilidade de um tratamento em que um doente não era tomado



inteiramente na máquina, entra a porta do hospital, segue faz todas as análises, vai para a cama e depois está um certo número de dias e torna a sair, enfim como produto dessa saída de pé ou deitado mas, em que o doente aparecia numa constante interacção com o meio. A Alemanha dá uma ajuda importante deste hospital muito primário com as pessoas todas aqui à volta a família toda a trazer comida tradicional, etc. Nós vamos construir um hospital devidamente equipado. Ora o pessoal paramédico era todo ele ugandês já na altura e parte do pessoal médico também. É claro que aparece um hospital montado à alemã, os primeiros dois anos de funcionamento foram de caos absoluto, e de depressões nervosas, tanto para os ocidentais como para os africanos, na medida em que, não estava de modo nenhum adaptado, no sentido profundo e não há aqui uma minimização da cultura. Não tinha de modo nenhum em conta a relação via umbilical profunda do doente da sociedade africana com o seu meio familiar que, só por si era elemento de cura. O doente posto no isolamento sai para o santo da civilização hipertécnica necessariamente ficou cada vez mais doente. E o corpo paramédico viu-se incapaz de controlar, de dominar e organizar o instrumento que lhe tinha sido posto nas mãos. Isto evidentemente com imensa generosidade, e para que a coisa funcionasse bem, mas funcionasse bem segundo os critérios do hemisfério norte. Mas, dizia no hemisfério sul os planos de desenvolvimento dificilmente incluem os objectivos sociais e quando o fazem tais objectivos aparecem sobretudo como correctivos dos desequilíbrios económicos e, decorrendo de factores que são considerados como extrapolíticos os planos sofrem da prioridade absoluta dada aos factores económicos. Por outro lado a Nova Ordem Económica internacional supõe que se crie no mundo as condições de exercício de uma vontade política capaz de pôr em execução, como dizia no início, a resposta às necessidades básicas em cada sociedade. Ora a vontade política não é apenas resultado da correlação de forças no campo meramente político mas, sim também resultado de condições de ordem social e cultural capazes de permitirem novas estruturas e novas formas de expressão das massas populares e, ainda que o cultural e o social aqui estejam envolvidos, estive há muito pouco tempo no Iraque que, está desde Setembro a tentar a eliminação completa do analfabetismo como

uma prioridade nacional, não temos que julgar se é certa ou errada essa prioridade, apenas quero dizer que essa é neste momento a prioridade nacional. O que é que significa essa vontade política? E, foi para mim impressionante vê-la em acção. De todas as experiências existentes no mundo nos últimos 20 anos em termos de alfabetização o Iraque colheu aquilo que lhe parecia que se podia inserir no seu contexto sócio cultural e, a certa altura, num primeiro contacto, foi para mim um pouco estranho ouvir um certo aspecto repetitivo nos círculos de alfabetização quando evidentemente todas as minhas teorias sobre alfabetização eram já doutros aspectos, estavam ligadas à congentização não supunham o abandono total de técnicas repetitivas de simples memória. É claro tentamos entrar um pouco mais fui obrigada a perceber que havia ali um enquadramento em primeiro lugar linguístico, a língua árabe não possuindo de forma escrita vogais e, portanto o reconhecimento silábico ou o reconhecimento das palavras não poder ser apenas pelos sinais de código mas, ter de ser também ao nível do ouvido e a repetição sendo por isso indispensável de modo a colar aos sinais aquilo que neles está omissa e que são as nossas vogais, por outro lado um ambiente cultural ao nível de todos os aspectos das manifestações da cultura, incluindo as manifestações religiosas em que o elemento repetitivo, e bastava entrar numa mesquita, enfim, com todo o disfarce e todo o cuidado, porque, as mulheres normalmente não entram nas mesquitas, para nos darmos conta de como essa sociedade banha justamente nessa música repetitiva que, tem qualquer coisa de mobilizador ao nível do inconsciente colectivo. E, aquilo que podia aparecer aos meus olhos ocidentais como qualquer coisa de já ultrapassado, afinal não era senão a fusão do elemento cultural daquela sociedade com aquisições recentes mas, mais do que isso e o que é extremamente curioso é que a alfabetização como prioridade nacional, não foi apenas um conjunto de centros de alfabetização com agentes treinados, cerca de 24 mil neste momento, atingindo um milhão e setecentos mil alfabetizando, entre os 15 e os 45 anos mas, todos os meios de comunicação estão orientados para a alfabetização. Por exemplo, se há uma telenovela, a telenovela que é evidentemente de produção local a certa altura introduz uma história muito embrulhada que eu não percebi



necessariamente, porque tudo se passava em árabe, introduz uma referência alguém um barqueiro que era para uma médica que é muito importante na sociedade do Iraque ser uma médica que aparece, logo há aqui vinculado uma imagem muito interessante tem que atravessar o Eufrates e, há toda uma longa explicação muito árabe muito circunstanciada do barqueiro a dizer onde ela vai encontrar o doente que que vai visitar. Ora bem o ponto de referência fundamental na indicação do trajecto que o barqueiro dá à médica é e depois encontrarã o centro de alfabetização. Depois de ter visto o centro de alfabetização vira à esquerda, volta à direita, etc., portanto o centro de alfabetização aparece veículado em vários aspectos da comunicação social e não é uma preocupação à margem, por isso quando falo em mobilização em vontade política não estou a pensar em gigantescos decretos, não estou a pensar em sectores previligiados, estou a pensar numa vontade interiorizada e consciente para alcançar o objectivo que, o conjunto de uma sociedade, determina como prioritário. Ora a preocupação social dominante entre aqueles que hoje no mundo desejam que a Nova Ordem Económica Internacional torne operacional o conceito de necessidades básicas é o de impedir que uma vez ultrapassado, se é que ele é possível de ultrapassar à vista, a plano mundial o de equilíbrio norte-sul ele seja retomado e vã crescendo no interior de cada sociedade com o seu norte e o seu sul. E, quando digo cada sociedade não digo apenas a dos países pobres, digo também a dos países ricos. E é claro que o norte e o sul não é uma categoria geográfica, é uma forma de ver e de analisar as relações de dependência e de dominação dentro de cada sociedade. Eu disse há pouco que este termo era muito controverso e, é sobretudo muito controverso com o senhor que falou ontem demanhã, com e que temos tido longas discussões, e não quero deixar de dizer porquê. É que o termo de necessidades básicas foi utilizado pela primeira vez, pelas grandes agências internacionais de investimento, como uma forma paternalista e malthusiana de determinar de fora o nível de crescimento dos países pobres. É óbvio que se assim foi e se assim é ainda, e sabemos que assim é em alguns empréstimos que podem determinar plafonds de crescimento, é claro em alguns casos hipotéticos, é certo que há da parte dos países pobres uma



rejeição de tal terminologia, de tal conceito, uma rejeição que no próprio seio da UNESCO e na última conferência geral em Novembro, ficou claramente expressa na resolução que os países adoptaram por consenso relativamente à Nova Ordem Económica Internacional, e à contribuição da UNESCO, portanto a educação da ciência e da cultura e a comunicação para essa nova ordem, rejeitando o conceito de necessidades básicas a nível internacional, como um conceito substituindo outros que estivessem em jogo. Eu no entanto insisto na sua importância, mas insisto dentro de cada sociedade e, porque julgo que em termos da nova ordem internacional o movimento que dentro de cada país nos levasse à tentativa de resposta às necessidades básicas introduziria automaticamente nas relações entre Estados um salto no desconhecido. E daí que diria também a termo ao processo económico e às relações de dominação em termos do hemisfério norte e do hemisfério sul e da problemática que ontem aqui desenhamos uma nova coordenada. Na verdade se nós pensarmos que de subalimentação de um milhar de milhões de pessoas que hoje existem, de muitos milhões de homens e mulheres que entram no mundo do trabalho se passa a uma situação de alimentação mínima normal, que acontecerá então à divisão internacional do trabalho onde se vai procurar a mão de obra extremamente barata que beneficia o capital internacional. Por outro lado, e ainda se da mortalidade ainda enorme, duma esperança de vida que não atinge para o hemisfério sul ainda os 50 anos toda uma massa humana passar a agarrar criticamente e decididamente na sua história o que é que acontece às condições de subordinação a que as pessoas do hemisfério sul estão hoje sujeitas e a que são obrigadas. E se pensarmos sobretudo no analfabetismo dos 800 milhões ou um milhar de milhões, não sabemos exactamente os números que, hoje existe no mundo para passarmos daí para um patamar em que se cria um ambiente alfabetizado e, em que o aprender a ler e a escrever permanece, o que dirão essas vozes do silêncio? E, o que dirão essas vozes do silêncio em relação àqueles que detêm hoje os centros de decisão quer esses centros sejam económicos quer sejam políticos. Daí que também em termos da Nova Ordem Económica Internacional me pareça indispensável que se criem condições para a satisfação das necessidades básicas determinadas, repito, no in-

Fundação Cuidar o Futuro

terior de cada sociedade. E passaria rapidamente a alguns pressupostos culturais de vária ordem. Um pressuposto aceite universalmente durante os últimos 4 anos e a que o Presidente Echeverria ontem fazia referência como já um novo aspecto da nova ordem internacional reside também no facto ^{de} que todos os homens têm direito, onde quer que vivam, três direitos podemos dizer fundamentais. A uma informação que costuma chamar-se tão objectiva quanto possível do mundo em que vivem, e daí o que tem sido amplamente debatido nos jornais sob nova ordem da informação e que constitui neste momento um dos processos mais dinâmicos e mais acelerados de facto uma nova ordem internacional em que acaba de ser há poucas semanas foi instituído já o pool de agências dos países africanos. A possibilidade que decorre desta de comunicação entre pessoas, grupos, nações, aliás no que diz respeito ao nosso hemisfério ao hemisfério norte assinalado e assinado pelos poderes competentes no acto final de Helsinquia, possibilidade de comunicação e de circulação, essa que é fundamental para fortalecimento das comunidades científicas e para a não manipulação da ciência e da técnica pelos poderes políticos estabelecidos mantendo assim muitas vezes a ciência e a técnica como trabalhos forçados de um qualquer campo de concentração. Em terceiro lugar a garantia do acesso de todos os homens sem qualquer distinção aos meios e aos instrumentos da vida cultural. A questão que se põe é a de saber se a nova ordem económica exige à partida a satisfação de direitos deste tipo. Ora para tal é indispensável analisar mais de perto a estrutura cultural das sociedades contemporâneas. Parece claramente adquirido que a

Fundação Cuidar o Futuro



Fim da Cassete 407



de luta da civilização de tipo industrial e que tudo indica ser tendencialmente universal é aquela que se propaga com a industrialização e estou inteiramente de acordo com a afirmação ontem feita aqui de que a industrialização é um dado não só inevitável como desejável desde que sujeito a todos os critérios de que ontem se falava, e aliás já há vários anos o filósofo francês Paul Sartre dizia que talvez na civilização industrial e a industrialização se encontrasse alguns dos mitos fundamentais capazes de solidificarem hoje a unidade entre as nações em formas inteiramente novas. Portanto uma componente que resulta da civilização tipo industrial e portanto seria universal, e outra componente que seria a da cultura tradicional ou local, feita de costumes, de tradições, de sistemas de valores, de formas em que a sociedade se vê a si própria e aos seus membros. Não quero deixar de dizer ao referir a cultura tradicional. Tenho aqui presente uma entrevista muito interessante dada por um turco que é professor em Paris, em Vincene sobre o "paraíso perdido da cultura original" no sentido de dizer que muitos de nós e sobretudo no hemisfério norte, pensamos que há ainda enclaves de paraísos perdidos em que há culturas originais preservadas como numa reserva qualquer de animais ou de plantas exóticas. Ora não há já culturas originais nesse sentido, no entanto há culturas que se podem definir como culturas tradicionais. Essas duas componentes existem, embora em proporções diferentes em cada país e em cada povo. A dialética da sua interpenetração é que está a meu ver no cerne do processo que conduz à nova ordem econômica internacional. Eu vou tentar explicar porquê. Por um lado, a cultura a que chamo universal decorrente da industrialização não o é verdadeiramente mesmo em termos estritamente científicos se não tiver de algum modo captado o saber das culturas tradicionais. Por outro lado, a cultura que chamei de tradicional, não é também uma cultura estática ela continua constantemente a enriquecer-se com outras culturas. Ora o que quer isto dizer? Quer dizer que há um processo de confronto entre uma e outra, e que tem sido analisado em várias zonas do globo onde é possível distinguir de forma nítida uma da outra verificando-se quer seja na Améri



ses sociais, de todos os estratos da vida social. Num primeiro tempo o confronto entre a cultura universal de tipo industrial e a cultura tradicional vai processar-se. Como? As tecnologias e com elas as várias formas de cultura universal passam a ser características da classe que detém o poder político e que detém as chaves da modernização, não necessariamente das aristocracias. Nesse momento pode produzir-se a ruptura entre a classe política, classe política no sentido mais amplo do termo em que envolvo também os quadros ao nível das empresas e as camadas populares. O perigo da ruptura é total. Não há nem pode haver linguagem comum a classe política fala por assim dizer em relação à cultura tradicional de que as camadas populares são portadoras fala uma língua estrangeira. Mas num segundo tempo e à medida que o estado se burocratiza para servir a industrialização, a cultura universal, industrial, atinge as camadas, os estratos da classe média. Nesse momento, e só nesse momento começa o efeito de mimetismo nas camadas populares. Esse efeito de mimetismo vai até ao quase total desaparecimento da cultura tradicional. Um ano passado no verso eu queria comprar qualquer coisa de artesanato popular e estava em Ceia, havia feira em Ceia, e pensei bom vou à feira e encontro concerteza artesanato. Encontrei plásticos e blue jeans, for realmente a assimilação ao nível, a cultura tradicional, foi

completamente sufocada pela cultura universal da sociedade industrial. É o momento da possível ruptura ou mesmo do desaparecimento da identidade cultural. Poderá aí acontecer que haja uma aniquilação total ou e é essa a oportunidade uma nova expressão da identidade cultural. Mas, num terceiro tempo o processo não é dramático nem trágico apenas, num terceiro tempo a classe dirigente começa até por necessidade da sua afirmação no plano internacional em que a uniformidade massa começa a tentar redescobrir a sua identidade cultural, reconhece o logro da exclusiva competição mesmo atenuada dos modelos importados, regressa assim com nova capacidade crítica e com uma maior racionalidade aos elementos da cultura tradicional. De novo aí aparece um elemento de perigo de ruptura entre as duas camadas, entre a camada detentora do poder político no senti



do amplo e as camadas populares. As classes dirigentes parecem estar mergulhadas aos olhos das camadas populares num saudosismo sem sentido, quando de facto estão já, admitamos, numa outra etapa do progresso cultural e parecem querer travar o que as classes populares verdadeiramente desejam que é atingir o nível considerado como universal. Mas, finalmente também aí, e realmente o caso do Japão neste aspecto é excelente, porque é uma sociedade de estratificação total o efeito do mimetismo volta a funcionar, as novas expressões da identidade cultural sobretudo se há uma vontade comum e nacional, como ontem referia o Presidente Echeverria, são reencontradas pelo povo e a cultura tradicional atinge uma etapa em que se faz a integração da cultura universal. Ora é na conjugação destas duas linhas, a linha horizontal e a linha vertical que o vector cultural da nova ordem económica internacional oferece condições de viabilidade no processo interno de cada sociedade. E por esta via se encontram satisfeitos a um tempo os direitos da sociedade e dos indivíduos que a compõem. Ao nível das relações entre Estados dissecado o processo de dominação cultural nos seus elementos fundamentais importa apenas dar-lhes orientação e conteúdo. Ora não se pode abordar ingenuamente as trocas entre Estados, é preciso reivindicar um património natural, cultural e técnico que hoje só pode ser um património assumido mundialmente é preciso entrar no diálogo entre nações com a arma segura de uma identidade cultural que se assume e se descobre e não com a atitude de quem pede desculpa por existir. É preciso uma formação permanente muito para além da simples reciclagem profissional. Os agentes do encontro entre a cultura universal vinda do mundo industrial e a cultura tradicional vão ser de forma privilegiada o que veícula uma cultura universal, e aqueles que podem criar um novo patamar da cultura tradicional a sua formação é decisiva para que nos momentos de possível ruptura de que falei há pouco não determinem uma desintegração social, e não sejam absorvidos então por máquinas exclusivamente preocupadas com o poder político no sentido restrito e limitada do tempo, nem a total perda de identidade numa ^{nova} sociedade industrial de que houvesse desaparecido todo o vestígio de uma vida própria, nem o colapso interno da sociedade que, praticamente recusa a modernização, nem



tão pouco o meio termo, mas qualquer coisa de novo e de mais dinâmico. Ora são quem vive a racionalidade interna da técnica pode dar-se conta do momento em que se dá o salto para a irracionalidade global da ideologia do modelo dominante a nível do planeta. Daí não o desprezo da técnica mas a compreensão cada vez maior e mais aprofundada do seu próprio mecanismo, tarefa que julgo tão urgente nos países ricos como nos países pobres. E depois aquela devalência que a técnica impõe, a do extremo e inexcusável rigor. Neste sentido é possível afirmar que a dimensão cultural é simultaneamente finalidade, fundamento e meio do estabelecimento da nova ordem económica internacional. As novas trocas económicas, o novo equilíbrio norte-sul tende alicerçar-se na compreensão aprofundada do substracto cultural, universal por um lado, tradicional por outro na civilização contemporânea, e não pode fazer-se em qualquer areópago internacional, tem que fazer-se necessariamente à escala de cada sociedade a dinâmica de cada implantação da nova ordem internacional não é a transformação de uma realidade globalmente qualificada de atrasada ou tradicional noutra que seria moderna, é num mosaico da variadíssimas culturas locais que a cultura universal vai inscrever a sua marca, e então miríades de processos vão ter lugar e vão seguir o seu caminho próprio mas, tais processos serão inviáveis se não houver um pensamento cada vez mais claro sobre as possibilidades e limites da cultura universal e se cada sociedade não encontrar o sedimento da sua cultura tradicional de forma dinâmica. É por um autêntico processo de reiteração que o cultural e o económico directamente ou por via da tecnologia poderão contribuir para uma cultura que sendo localizada não deixa de ser planetária e como tal captada. O processo de desenvolvimento "endógeno" uma expressão que nós usamos imenso na UNESCO porque tanto lutamos tem a sua mais completa mas também potencialmente mais rica possibilidade. Ora não quero no entanto deixar de assinalar também aqui as ambiguidades de uma reivindicação excessiva dos fundamentos culturais da nova ordem económica internacional. Nos trabalhos preparatórios da terceira década do desenvolvimento que decorreram há semanas que o Comité Preparatório teve a

.../...



última reunião há poucas semanas, sugeriram alguns países ricos que fosse tomada em linha de conta a dimensão cultural do desenvolvimento. Tal afirmação correspondia de resto às numerosas críticas que não só no início da segunda década do desenvolvimento foram feitas aos objectivos excessivamente quantitativos da estratégia do desenvolvimento, como a avaliação que foi feita a meio da década e que provou o que foi ontem aqui assinalado que os países mais pobres viram aumentar o seu grau de subdesenvolvimento económico e a sua dependência enquanto os países ricos apenas viram diminuir ligeiramente o ritmo do seu crescimento económico. Ora contra esta proposta de alguns países ricos, de um em particular, e não é nenhuma das potências em que estão a pensar, os representantes dos 77 no Comité Preparatório rejeitaram tal sugestão, daí que a resolução que neste momento serve de base à estratégia da terceira década do desenvolvimento, seja ainda caracterizada por um objectivo que tenderíamos a pensar como demasiado quantitativo mas receiam os 77, como foi dito são cento e muitos, que o qualitativo, a afirmação do qualitativo seja a fuga dos países ricos a um empenhamento sério na modificação do sistema de trocas económicas ao nível do planeta, quer dizer que o problema afinal fica, permanece intacto e permanece como uma grande interrogação para a qual não há ainda resposta. Na verdade como traduzir fundamentos, finalidades culturais em termos intelegíveis e operacionais na linguagem económica? Como tornar transparente o impacto quantitativo do qualitativo? E diria para terminar o que é preciso transformar. É preciso transformar a produção, é preciso transformar o trabalho é preciso transformar a comunicação mas sobretudo é preciso transformar alguma coisa que essa sim está na mão de todos nós. Foi ontem referida aqui a comissão independente de que fazem parte homens políticos notáveis e insuspeitos presidida por Willy Brant e nos primeiros trabalhos dessa comissão se debruça sobre os impasses da relação norte-sul e que deve terminar no fim deste ano o seu trabalho desde já se refere algo que me parece muito importante. Diz-se é indispensável a pressão maciça duma opinião pública informada para desbloquear a negociação norte-sul. É indispensável que justamente através da cultu



ra e do social se imponha uma reforma do mercado mundial cujos critérios decisivos sejam a felicidade dos homens, a justiça social internacional e o estabelecimento de relações de complementaridade e não de dominação entre os povos, e termina o relatório preliminar com esta afirmação: só há um método para aí chegar, é uma insurreição total das consciências no Ocidente. Ora bem é essa insurreição total que nós somos convidados. Agradeço o vosso interesse.

Fundação Cuidar o Futuro